

das Medidas Veterinárias, de gestão orçamental das despesas de acompanhamento da reforma da PAC e de gestão do Programa POERCAA (Programa de Reforma Antecipada dos Agricultores e Emparcelamento Rural das Terras);

Novembro de 1999 — técnico de serviços na Direcção Financeira da SIMAB — Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, S. A., tendo desenvolvido funções na gestão do PROMAB — Programa de Apoio aos Mercadores Abastecedores, de entre outras;

Setembro de 2005 — incorporação na assessoria de projectos e planeamento.

Actividade complementar — consultor na área de projectos de investimento da empresa TERRAPROJECTOS — Consultadoria Agrária, Agro-Alimentar e Ambiental, desde Julho de 2001.

Diversos:

Frequência de um programa de «Finanças para não financeiros» ministrado pela OverGest/ISCTE;

Sólidos conhecimentos de informática na óptica do utilizador; Fluência em inglês falado e escrito.

### Secretaria-Geral

**Rectificação n.º 364/2006.** — Para os devidos efeitos e por ter saído com inexactidão se rectifica o aviso n.º 1355/2006 (2.ª série), inserto no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 27, de 7 de Fevereiro de 2006, a p. 1712. Assim, onde se lê «do mapa anexo III de Portaria [...] João Paulo Correia Ramos de Oliveira [...] Ana Cristina Meireles Teixeira Rodrigues, Maria do Céu Lacerda Sotta Barroso [...] Elisabete de Fátima Freitas e Maria Isabel Galdes Sobreiro» deve ler-se «do mapa III anexo à Portaria [...] João Paulo Correia Ramos de Oliveira, Anabela Cardoso Gonçalves André, Isabel Maria Fernandes Pereira Branco, Ana Cristina Meireles Teixeira Rodrigues, Maria do Céu de Lacerda Sotta Barroso [...] Elisabeth de Fátima Freitas Ferreira e Isabel Maria Galdes Sobreiro».

13 de Fevereiro de 2006. — O Secretário-Geral, *Mário Silva*.

## MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

### Gabinete do Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional

**Despacho n.º 5492/2006 (2.ª série).** — No uso dos poderes que me foram conferidos pelo despacho n.º 10 847/2005 (2.ª série), de 28 de Abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 13 de Maio de 2005, e ao abrigo do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 165/85, de 16 de Maio, e da cláusula XII do protocolo homologado pela Portaria n.º 667/86, de 7 de Novembro, que criou o CENJOR — Centro de Formação Profissional para Jornalistas, alterada pela Portaria n.º 156/2002, de 20 de Fevereiro, sob proposta do Sindicato dos Jornalistas, reconduzo José Luiz Jacinto Fernandes nas funções que vem desempenhando de vogal no conselho de administração e Daniel Caldas Gomes Ricardo nas funções que vem desempenhando de vogal no conselho técnico-pedagógico do referido Centro.

9 de Fevereiro de 2006. — O Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional, *Fernando Medina Maciel Almeida Correia*.

**Despacho n.º 5493/2006 (2.ª série).** — No uso dos poderes que me foram conferidos pelo despacho n.º 10 847/2005 (2.ª série), de 28 de Abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 13 de Maio de 2005, e ao abrigo do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 165/85, de 16 de Maio, e do n.º 5 da cláusula VI do protocolo homologado pela Portaria n.º 402/86, de 25 de Julho, que criou o CEARTE — Centro de Formação Profissional do Artesanato, exonerou, a seu pedido e a partir da presente data, António Sousa das funções de vogal do conselho de administração do referido Centro de Formação Profissional e nomeio, sob proposta da Cáritas Diocesana de Coimbra, para o exercício das mesmas funções Aníbal Pimentel Castelhanos.

9 de Fevereiro de 2006. — O Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional, *Fernando Medina Maciel Almeida Correia*.

**Despacho n.º 5494/2006 (2.ª série).** — No uso dos poderes que me foram conferidos pelo despacho n.º 10 847/2005, de 28 de Abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 13 de Maio de 2005, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 18.º do Estatuto do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P. (IEFP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 247/85, de 12 de Julho, e sob proposta da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, exonerou o licenciado Lino Ferreira das funções de representante daquela entidade no conselho consultivo da Delegação Regional do Norte do IEFP e nomeio a licenciada Margarida Moreira para o exercício das mesmas funções.

17 de Fevereiro de 2006. — O Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional, *Fernando Medina Maciel Almeida Correia*.

**Despacho n.º 5495/2006 (2.ª série).** — No uso dos poderes que me foram conferidos pelo despacho n.º 10 847/2005, de 28 de Abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 13 de Maio de 2005, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 18.º do Estatuto do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P. (IEFP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 247/85, de 12 de Julho, e sob proposta da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, exonerou os licenciados Lídia Maria Ferreira Martins, Carlos Manuel Sousa Encarnação e a Doutora Maria de Lurdes Cró das funções de representantes daquela entidade no conselho consultivo da Delegação Regional do Centro do IEFP e nomeio os licenciados Fernanda Maria Moreira Costa, Carlos Alberto da Costa Ferreira e o mestre José Manuel Carraça da Silva para o exercício das mesmas funções.

17 de Fevereiro de 2006. — O Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional, *Fernando Medina Maciel Almeida Correia*.

**Despacho n.º 5496/2006 (2.ª série).** — No uso dos poderes que me foram conferidos pelo despacho n.º 10 847/2005, de 28 de Abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 13 de Maio de 2005, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 18.º do Estatuto do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P. (IEFP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 247/85, de 12 de Julho, e sob proposta da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, exonerou as licenciadas Maria Teresa Ramalho Godinho e Maria de Lurdes Vieira da Silva Lopes das funções de representante daquela entidade no conselho consultivo da Delegação Regional do Alentejo do IEFP e nomeio os licenciados José Lopes Cortes Verdasca e Joaquim Odílio Godinho Fialho para o exercício das mesmas funções.

17 de Fevereiro de 2006. — O Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional, *Fernando Medina Maciel Almeida Correia*.

**Despacho n.º 5497/2006 (2.ª série).** — No uso dos poderes que me foram conferidos pelo despacho n.º 10 847/2005, de 28 de Abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 13 de Maio de 2005, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 18.º do Estatuto do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P. (IEFP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 247/85, de 12 de Julho, e sob proposta da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP), exonerou José Manuel Gonçalves das funções de representante daquela entidade no conselho consultivo da Delegação Regional do Norte do IEFP e nomeio Alberto Pereira para o exercício das mesmas funções.

17 de Fevereiro de 2006. — O Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional, *Fernando Medina Maciel Almeida Correia*.

**Despacho n.º 5498/2006 (2.ª série).** — No uso dos poderes que me foram conferidos pelo despacho n.º 10 847/2005 (2.ª série), de 28 de Abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 13 de Maio de 2005, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 18.º do Estatuto do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P. (IEFP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 247/85, de 12 de Julho, e sob proposta da União Geral de Trabalhadores, nomeio, como representantes suplentes daquela entidade no conselho consultivo da Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo do IEFP, António Luís Correia e Maria Alice Martins.

20 de Fevereiro de 2006. — O Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional, *Fernando Medina Maciel Almeida Correia*.

**Despacho n.º 5499/2006 (2.ª série).** — No uso dos poderes que me foram conferidos pelo despacho n.º 10 847/2005 (2.ª série), de 28 de Abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 13 de Maio de 2005, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 18.º do Estatuto do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P. (IEFP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 247/85, de 12 de Julho, e sob proposta da União Geral de Trabalhadores, nomeio, como representantes